Aviso

Torna-se público que, por despacho do signatário de 17 de Novembro de 2006, foi admitida a estágio para provimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe (recursos humanos), a candidata classificada em 2.º lugar no concurso efectuado, Sónia Alexandra Viçoso Cunha Brás.

Atenta a urgente conveniência de serviço, a candidata inicia o estágio a 29 de Novembro de 2006.

28 de Novembro de 2006. — O Vereador, por delegação de competências do Presidente da Câmara, nos termos do despacho n.º 18 886, de 25 de Outubro de 2005, *Sérgio Paulo Matias Galvão*.
3000221490

Aviso

Torna-se público que, por despacho do signatário de 27 de Novembro de 2006, foram nomeados para provimento de dois lugares de especialista de informática — grau 1, nível 2, os candidatos classificados em 1.º e 2.º lugares no concurso efectuado, Augusto Miguel Ferreira de Paiva Salgueiro e Ricardo Nuno Apolinário Gaió, com efeitos a partir de 7 de Setembro de 2006 e de 1 de Setembro de 2006, respectivamente, datas do início dos estágios, dos quais viriam a ser dispensados por deliberação do júri do concurso de 17 de Novembro de 2006.

29 de Novembro de 2006. — O Vereador, com competências delegadas, *Sérgio Paulo Matias Galvão*.
3000221491

Aviso**Despacho n.º 18 165/2006, de 23 de Novembro**

No uso da competência que me confere a alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, determino a nomeação, em comissão de serviço pelo período de três anos, do arquitecto Jorge Augusto dos Reis Martins no cargo de Director do Departamento de Urbanismo.

A presente nomeação resulta da proposta feita pelo júri constituído para a selecção dos candidatos, da qual consta a seguinte fundamentação: o procedimento concursal comportou dois métodos de selecção, tendo a classificação final resultado da média aritmética simples da avaliação curricular e da entrevista pública. Conforme consta dos documentos arquivados no processo do concurso, o candidato supra-indicado obteve as melhores classificações em ambos os métodos de selecção (13,60 valores na avaliação curricular e 18 valores na entrevista pública) e, consequentemente, a melhor classificação final (15,80 valores).

Nota relativa ao currículo profissional e académico de Jorge Augusto dos Reis Martins

Jorge Augusto dos Reis Martins, arquitecto assessor principal é licenciado em Arquitectura — ramo de Arquitectura — pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

A sua experiência profissional desenvolveu-se nas áreas da educação, da arquitectura e do urbanismo e do ordenamento do território, tendo iniciado funções na Câmara Municipal de Torres Vedras em 1 de Junho de 1993 até à presente data. Interrompeu essas funções de 9 de Julho de 1998 a 16 de Setembro de 2006, tendo sido nomeado para o cargo de subdirector-geral da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, por despacho do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

No período em que exerceu o cargo de chefe da Divisão de Gestão Urbanística na Câmara Municipal de Torres Vedras, no período de 2 de Janeiro de 1997 a 8 de Julho de 1998, primeiro em regime de substituição e depois em comissão de serviço. As funções exercidas consistiram nomeadamente na direcção do pessoal integrado na mesma, distribuindo, orientando e controlando a execução dos trabalhos dos funcionários, organizando as actividades da Divisão e procedendo à avaliação dos resultados alcançados e ainda elaboran-

do pareceres e informações sobre assuntos da competência dessa divisão.

Ao nível da formação profissional, tem frequentado diversas acções de formação, das quais se destacam as seguintes: Seminário de Alta Direcção; Seminário sobre os Planos Directores Municipais; Seminário sobre o Planeamento Estratégico das Cidades e Gestão da Mobilidade; Seminário sobre o Património e Revitalização dos Centros Históricos; Seminário sobre Planeamento da Região, uma Visão Estratégica; e Seminário sobre a Gestão dos Serviços Públicos Locais.

29 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Carlos Manuel Soares Miguel*.
3000221492

CÂMARA MUNICIPAL DA TROFA**Aviso****Concurso interno de acesso geral para provimento de três lugares de agente municipal de 1.ª classe, da carreira de polícia municipal.****Processo n.º 1/2006-SRH**

1 — Nos termos do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local por força e com as adaptações do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, faz-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 16 de Outubro de 2006, se encontra aberto concurso interno de acesso geral para provimento de três lugares de agente municipal de 1.ª classe, da carreira de polícia municipal, integrado no grupo de pessoal de técnico-profissional do quadro de pessoal deste município.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido apenas para as vagas em concurso, esgotando-se com o preenchimento dos lugares.

3 — Conteúdo funcional — é o constante do anexo IV, mapa III, do Decreto-Lei n.º 39/2000, de 17 de Março.

4 — Local de trabalho — área do município da Trofa.

5 — Remuneração e condições de trabalho — os titulares dos lugares serão remunerados pelo índice 222, escalão 1, constante do anexo II ao Decreto-Lei n.º 39/2000, de 17 de Março, a que corresponde o vencimento líquido de 714,66 euros, sendo-lhes aplicável, no que concerne às regalias sociais e condições de trabalho, as normas genericamente vigentes para os funcionários da administração local.

6 — Requisitos de admissão — são admitidos ao concurso apenas os candidatos que reúnam os seguintes requisitos:

a) Gerais — os definidos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

b) Especiais — os referidos na alínea *c*) n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 39/2000, de 17 de Março;

7 — Apresentação de candidaturas:

7.1 — Prazo — o prazo para apresentação de candidaturas é de 10 dias úteis, contados do dia seguinte ao da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*;

7.2 — Formalização de candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas em requerimento dirigido ao presidente da Câmara, entregues pessoalmente nos Serviços de Recursos Humanos, sitos no Edifício Nova Trofa (Pólo 2), ou remetidas através do correio, sob registo e com aviso de recepção, para Município da Trofa, Rua das Indústrias, 393, 4785-624 Trofa, expedidas até ao termo do prazo fixado em 7.1, delas devendo constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, estado civil, profissão, residência, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu, número fiscal de contribuinte e número de telefone);

b) Lugar a que se candidata, com identificação do mesmo, mediante referência ao número e data de publicação do respectivo aviso no *Diário da República*;

c) Declaração em alíneas separadas e sob compromisso de honra, da situação precisa em que se encontra relativamente a cada uma das alíneas do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

d) Enumeração dos documentos exigidos no presente aviso, apresentados com o requerimento.